

MINISTÉRIO DA CULTURA

Relatório de Gestão 2011

Secretaria da Identidade e da
Diversidade Cultural-SID

Versão 3

17 de maio de 2012

Sumário

II - RELATÓRIO DE GESTÃO

PARTE A

INTRODUÇÃO.....	5
1. IDENTIFICAÇÃO.....	6
2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	7
2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	7
2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais	11
2.3. Programas de governo sob a responsabilidade da UJ	13
2.3.1. Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	15
2.3.2. Execução física das ações realizadas pela UJ	16
2.4. Desempenho orçamentário/financeiro	17
2.4.1. Programação orçamentária da despesa	17
2.4.1.1. Programação de despesas correntes	17
2.4.1.2. Programação de despesas de capital	19
2.4.1.3. Quadro resumo da programação de despesas	21
2.4.1.4. Movimentação orçamentária por grupo de despesa	22
2.4.2. Execução orçamentária da despesa	24
2.4.2.1. Execução orçamentária de créditos originários da UJ	24
2.4.2.1.1. Despesas por modalidade de contratação	24
2.4.2.1.2. Despesas correntes por grupo e elemento de despesa ..	26
2.4.2.1.3. Despesas de capital por grupo e elemento de despesa ..	28
2.4.2.2. Execução orçamentária de créditos recebidos pela UJ por movimentação	31
2.4.2.2.1. Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação.....	31
2.4.3. Indicadores institucionais	36
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	37
4. MOVIMENTAÇÃO E SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	38
4.1. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores	38
5. RECURSOS HUMANOS	40
5.1. Composição do quadro de servidores ativos	40
5.1.1. Demonstração da força de trabalho à disposição da Unidade Jurisdicionada	40
5.1.2. Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da Unidade Jurisdicionada	41
5.1.3. Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da Unidade Jurisdicionada	42
5.1.4. Qualificação do quadro de pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a idade	42
5.1.5. Qualificação do quadro de pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a escolaridade.....	43

6. TRANSFERÊNCIAS	50
6.1. Instrumentos de transferência vigentes no exercício	50
6.1.1. Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício-2011	50
6.1.2. Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios	55
6.1.3. Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferência que vigerão no exercício de 2012 e seguintes	56
6.2. Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse	57
6.2.1. Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse	60
7. DECLARAÇÕES SIASG E SICONV	63
8. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS	64
8.1. Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93	64
8.2. Análise crítica	64
9. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ	65
10. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	68
11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	69
12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	70
13. CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	72
14. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA	72
15. DELIBERAÇÕES DO TCU E DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	73
15.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício	73
15.2. Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício	74
15.3. Recomendações do OCI atendidas no exercício	74
15.4. Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício	75
16. RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE	77

PARTE B

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

17. DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	78
18. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS NA LEI Nº 4.320/64	79
19. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS NA LEI Nº 6.404/76	79
20. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL	79

PARTE C

CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS (NÃO SE APLICA)

Lista de Tabela

1 - Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	6
2 - Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo.....	15
3 - Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ.....	16
4 - Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias.....	17
5 - Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes Denominação das Unidades Orçamentárias - _MINISTÉRIO DA CULTURA - 420030	17
6 - Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes - FUNDO NACIONAL DE CULTURA/FNC - 340030.....	18
7 - Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital - MINISTÉRIO DA CULTURA - 420030...	19
8 - Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital - FUNDO NACIONAL DE CULTURA - 34003	20
9 - Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência - MINISTÉRIO DA CULTURA/MinC - 420030 - FUNDO NACIONAL DE CULTURA - 340030...	21
10 - Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa - MINISTÉRIO DA CULTURA - 420030.....	22
11 - Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa - FUNDO NACIONAL DE CULTURA - 420030	23
12 - Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ - MINISTÉRIO DA CULTURA/MinC - 420030	24
13 - Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ - FUNDO NACIONAL DE CULTURA/FNC - 340030.....	25
14- Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ - MINISTÉRIO DA CULTURA/MinC - 420030.....	26
15 - Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ - FUNDO NACIONAL DE CULTURA/FNC - 340030	27
16 - Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ - MINISTÉRIO DA CULTURA/MinC - 420030	28
17 - Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ - FUNDO NACIONAL DE CULTURA/FNC - 340030.....	29
18 - Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação - MINISTÉRIO DA CULTURA/MinC - 420030	31
19 - Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação - FUNDO NACIONAL DE CULTURA/FNC - 340030.....	32
20 - Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação - MINISTÉRIO DA CULTURA/MinC - 420030	32
21 - Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação - FUNDO NACIONAL DE CULTURA/FNC - 340030.....	33
22 - Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação - MINISTÉRIO DA CULTURA/MinC - 420030	34
23 - Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação - FUNDO NACIONAL DE CULTURA/FNC - 340030.....	35
24 - Quadro A.3.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	37
25 - Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores - MINISTÉRIO DA CULTURA/MinC - 420030	38
26 - Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores - FUNDO NACIONAL DE CULTURA/FNC - 340030	39
27 - Quadro A.5.1 - Força de Trabalho da UJ.....	40
28 - Quadro A.5.2 - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ	41
29 - Quadro A.5.3 - Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ..	42

30 - Quadro A.5.4 - Quantidade de servidores da UJ por faixa etária	42
31 - Quadro A.5.5 - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade	43
32 - Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos.....	43
33 - Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão	44
34 - Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários.....	44
35 - Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores..	44
36 - Quadro A.5.9 - Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada.....	47
37 - Quadro A.5.10 - Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados	47
38 - Quadro A.5.11 - Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados.....	48
39 - Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	48
40 - Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	48
41 - Quadro A.6.1- Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência - MINISTÉRIO DA CULTURA/MinC - 420030	50
42 - Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência - FUNDO NACIONAL DE CULTURA/FNC - 340030	52
43 - Quadro A.6.2 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios - MINISTÉRIO DA CULTURA/MinC - 420030	55
44 - Quadro A.6.2 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios - FUNDO NACIONAL DE CULTURA/FNC - 340030.....	56
45 - Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes - MINISTÉRIO DA CULTURA/MinC - 420030	56
46 - Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes - FUNDO NACIONAL DE CULTURA/FNC - 340030.....	57
47 - Quadro A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse - MINISTÉRIO DA CULTURA/MinC - 420030	58
48 - Quadro A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse - FUNDO NACIONAL DE CULTURA/FNC - 340030.....	59
49 - Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse - MINISTÉRIO DA CULTURA/MinC - 420030.....	60
50 - Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse - FUNDO NACIONAL DE CULTURA/FNC - 340030	61
51 - Quadro A.8.1 - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	64
52 - Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ	65
53 - Quadro A.12.1 - Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada	70
54 - Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	73
55 - Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	74
56 - Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	74
57 - Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	75

INTRODUÇÃO

O ano de 2011 foi um ano de grandes mudanças no Ministério da Cultura, determinadas não apenas pelo processo de transição governamental, como também resultado de escolhas e decisões político-estratégicas da nova gestão. Em janeiro de 2011, o Ministério da Cultura foi objeto de redesenho organizacional, com proposição da criação da Secretaria Economia Criativa, dentre outras reconfigurações.

Esse redesenho se fez sem o aumento do quantitativo de cargos do quadro funcional do Ministério da Cultura. Assim, a futura Secretaria da Economia Criativa, que será instituída oficialmente via Decreto no ano de 2012, passou o ano de 2011 sendo planejada e estruturada, a partir da definição estrutura e competências. A equipe da futura SEC assumiu esta empreitada tendo como locus institucional a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, prevista para ser extinta com a publicação do Decreto de redesenho institucional. Todos os programas e ações desta última Secretaria passaram, por força das Portarias 56 e 80 de 2011, para a Secretaria de Cidadania Cultural, a qual se constituirá e se denominará, com a publicação do mesmo Decreto, como Secretaria de Cidadania e da Diversidade Cultural.

Considerando-se que a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural era a de menor estrutura dentro do Ministério da Cultura e considerando que metade dos seus servidores migraram para a Secretaria de Cidadania Cultural, ainda no início de 2011, a equipe remanescente, mesmo que somada aos novos agregados (dentre servidores e comissionados), era bastante precária, o que demandou um engajamento quase que exclusivo às questões relacionadas à sua estruturação.

Isto posto, conclui-se que esse primeiro ano foi bastante fora do comum para a instituição. Foi realmente um ano de transição. Ainda assim, a nova Secretaria foi desenhada nos seus aspectos organizacionais e institucionais, além de ter concluído o planejamento de suas políticas, diretrizes e ações para o período de 2011 a 2014, a partir do cumprimento de uma série de etapas, envolvendo seminários/workshops com parceiros intra-ministeriais (demais secretarias e vinculadas do MinC), interministeriais (foram envolvidos 20 Ministérios da Esplanada) e institucionais (dentre órgãos bilaterais e multilaterais, Sistema S, Institutos de Pesquisa, Estatais, Agências de Fomento e desenvolvimento). Em função da temática da Economia Criativa ser bastante nova no país e, por isso, sujeita a incompreensões, foi necessário todo um aprofundamento e estudo comparativo entre as realidades nacionais e a de outros países no sentido de se definir um marco conceitual norteador das políticas públicas a serem formuladas e implementadas. O Ministério da Cultura veio responder a um déficit temporal das políticas nacionais no que se refere à institucionalização dessa temática no âmbito do Governo Federal. Este planejamento resultou na publicação do Plano da Secretaria da Economia Criativa – Políticas, Diretrizes e Ações 2011 a 2014, publicado e lançado em setembro de 2011. O mesmo tem sido adotado como documento de referência para Estados e Municípios brasileiros que têm optado por institucionalizar a economia criativa nas suas Secretarias de Cultura ou Desenvolvimento Econômico.

A seguir, apresentamos o Relatório de Gestão 2011 com o detalhamento das ações desta Secretaria.

PARTE A – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

1. IDENTIFICAÇÃO

1 - Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Cultura			Código SIORG: 1926
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural			
Denominação abreviada: SID / MinC			
Código SIORG: 77493	Código LOA: 12.391 de 09/fev/2011		Código SIAFI: 420030 e 340030
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Pessoa Jurídica de Direito Público			
Principal Atividade: Artes, Cultura, esporte e recreação			Código CNAE: 9002-7
Telefones/Fax de contato:	(061) 2024-2942	(061) – 2024-2955	(061) 2024-2633 - FAX
E-mail: sec.gab@cultura.gov.br			
Página na Internet: http://www.cultura.gov.br – Economia Criativa			
Endereço Postal: Edifício Parque Cidade Corporate, torre B - 11º andar – CEP 70.308-200 Brasília - DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
DECRETO Nº 4.805/2003, de 12 de agosto de 2003 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Cultura, e dá outras providências – Revogado pelo Decreto nº 5.036/2004;			
DECRETO Nº 5.036/2004, de 07 de abril de 2004 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Cultura, e dá outras providências – Revogado pelo Decreto nº 5.711/2006;			
DECRETO Nº 5.711/2006, de 24 de fevereiro de 2006 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Cultura, e dá outras providências – Revogado pelo Decreto nº 6.835/2009;			
DECRETO Nº 6.835/2009, de 30 de abril de 2009 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Cultura, e dá outras providências.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
PORTARIA Nº 39, DE 4 DE MAIO DE 2011 - Dispõe sobre a transferência provisória da execução do Programa Brasil Plural, atualmente vinculado à Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, para a Secretaria de Cidadania Cultural e dá outras providências.			
PORTARIA No- 56, DE 17 DE JUNHO DE 2011 - Dispõe sobre a gestão do Plano Plurianual 2008-2011 no âmbito do Ministério da Cultura e de suas Entidades Vinculadas.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
420030	Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural		
Código SIAFI	Nome		
340030	Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
0001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
420030		0001	
340033		0001	

2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1. Responsabilidades institucionais da unidade

Competência Institucional

Até o fim do governo anterior em 2010, a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural (SID) foi responsável, no âmbito do Ministério da Cultura (MinC), pelo Programa Identidade e Diversidade Cultural: Brasil Plural, primeiro conjunto de políticas públicas do gênero no país. Seu principal objetivo é garantir a grupos e redes de agentes culturais responsáveis pela imensa diversidade das expressões culturais brasileiras o acesso aos recursos para o desenvolvimento de suas ações. A partir de 2011, a nova gestão do Ministério da Cultura tem proposto uma nova estruturação das suas secretarias, tendo as atribuições e ações da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural sido transferidas para a Secretaria de Cidadania Cultural (SCC), e sendo sua estrutura organizacional destinada à criação da nova Secretaria de Economia Criativa.

Com o Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura (PRODEC) implantado pelo PPA 2008-2011, o Ministério da Cultura estabeleceu o embrião para agora ser construído o conceito de economia criativa brasileira, com o desenvolvimento dos princípios norteadores das políticas públicas conduzidas pela nova Secretaria da Economia Criativa, que está estabelecendo a sua estrutura institucional, organizacional e gerencial para, a partir do Plano Nacional de Cultura (PNC), lançar o Plano Brasil Criativo, já apresentado a Presidente Dilma em setembro de 2011 e sendo construído junto com a Casa Civil da Presidência da República.

A Portaria MinC nº 56, de 17 de junho de 2011, que dispõe sobre a gestão do PPA 2008-2011 no âmbito do ministério e de suas instituições vinculadas, dentre outras providências, transfere para a ainda SID a responsabilidade sobre a gestão do PRODEC e suas ações passaram a partir de 2011 a serem implementadas dentro das novas estratégias para a institucionalização da SEC.

O Plano Nacional de Cultura figurou como ponto de partida de criação da Secretaria, em virtude de ter-se instituído pela Lei 12.243 de 02/12/2010 e, principalmente, por corresponder ao nascedouro do processo de institucionalização de políticas públicas culturais na área da economia criativa, mais especificamente no campo da economia da cultura.

Os oito anos de gestão do Governo Lula foram anos fundamentais no processo de empoderamento da sociedade civil brasileira, que participou ativamente no processo de elaboração do PNC, documento define a compreensão da cultura a partir dimensões simbólica, cidadã, e econômica, esta última, construída a partir da compreensão da cultura como instrumento de promoção do desenvolvimento sócio-econômico sustentável.

As dimensões simbólica e cidadã avançaram bastante no Governo Lula, mas a dimensão econômica, relacionada a estratégia 4 do PNC – *“Ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico sustentável”*, careceu de políticas públicas para sua efetivação. Essa estratégia passa a ser assumida pela Secretaria da Economia Criativa como seu maior objetivo.

A Secretaria da Economia Criativa tem por missão conduzir a formulação, a implementação e o monitoramento de políticas públicas para o desenvolvimento local e regional, priorizando o apoio e o fomento aos profissionais e aos micro e pequenos empreendimentos criativos brasileiros.

A Secretaria da Economia Criativa será a pasta responsável pelo reposicionamento do Ministério da Cultura no Governo Federal, contribuindo de forma efetiva e eficaz para tornar a cultura um eixo estratégico de desenvolvimento do Estado brasileiro.

Objetivos estratégicos

Como a missão da Secretaria da Economia Criativa está diretamente associada ao cumprimento da Estratégia 4 – *“Ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico*

sustentável”, fez-se necessária a definição de objetivos alinhados às diretrizes componentes dessa mesma Estratégia. Um ponto importante é compreender que, em função da ampliação do escopo da Economia da Cultura para Economia Criativa, essas diretrizes também foram ampliadas. Onde se lê, portanto, trabalhador da cultura, leia-se trabalhador criativo. Onde se lê economia da cultura, leia-se economia criativa.

A seguir, descrevemos os objetivos da Secretaria da Economia Criativa, alinhados às diretrizes da Estratégia 4 do Plano Nacional de Cultura:

- *Capacitação e assistência ao trabalhador da cultura* (trabalhador criativo)
 - Promover a educação para as competências criativas através da qualificação de profissionais capacitados para a criação e gestão de empreendimentos criativos;
 - Gerar conhecimento e disseminar informação sobre economia criativa;

- *Estímulo ao desenvolvimento da Economia da Cultura* (Economia Criativa)
 - Conduzir e dar suporte na elaboração de políticas públicas para a potencialização e o desenvolvimento da economia criativa brasileira;
 - Articular e conduzir o processo de mapeamento da economia criativa do Brasil com o objetivo de identificar vocações e oportunidades de desenvolvimento local e regional;
 - Fomentar a identificação, a criação e o desenvolvimento de *pólos* criativos com o objetivo de gerar e potencializar novos empreendimentos, trabalho e renda no campo dos setores criativos;
 - Promover a articulação e o fortalecimento dos micro e pequenos empreendimentos criativos;
 - Apoiar a alavancagem da exportação de produtos criativos;
 - Apoiar a maior circulação e distribuição de bens e serviços criativos;
 - Desconcentrar regionalmente a distribuição de recursos destinados a empreendimentos criativos, promovendo um maior acesso a linhas de financiamento (incluindo o microcrédito);
 - Ampliar a produção, distribuição/difusão e consumo/fruição de produtos e serviços da economia criativa;

- *Regulação Econômica* (Marcos Legais)
 - Efetivar mecanismos direcionados à consolidação institucional de instrumentos regulatórios (direitos intelectuais, direitos trabalhistas, direitos previdenciários, direitos tributários, direitos administrativos e constitucionais).

Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional e as competências da Secretaria da Economia Criativa foram elaboradas para a efetividade dos seus objetivos. Num primeiro momento, foi feito o levantamento de atividades concernentes a este novo órgão, presentes na descrição de competências das secretarias existentes no Ministério da Cultura, conforme o Decreto nº 6.835 de 2009 que trata da atual estrutura do Ministério da cultura – artigos 9º e 21 e 23, conforme pode ser verificado a seguir:

“Art. 9º À Secretaria de Políticas Culturais compete:

.....
III - coordenar os programas, ações e estudos relativos ao desenvolvimento das atividades econômicas da cultura, informações, pesquisas e estatísticas das políticas culturais, bem como propor medidas de regulamentação da legislação cultural;
.....

VIII - planejar, coordenar e avaliar políticas orientadas à economia da cultura; e
.....

Art. 21. À Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura compete:

.....
II - desenvolver, propor e executar mecanismos de financiamento e de implantação de infraestrutura cultural, com vistas a propiciar o desenvolvimento sustentável da produção cultural;
.....

VII - promover a realização de coleta de dados, mapeamentos, estudos e pesquisas acerca de modelos e sistemas públicos de financiamento e fomento à cultura;

VIII - planejar, desenvolver e apoiar ações voltadas à formação de agentes culturais e a qualificação de sistemas de incentivo, fomento e financiamento à cultura;

IX - propor, desenvolver e implementar ferramentas de financiamento das atividades culturais, com vistas ao fortalecimento de suas cadeias produtivas;

X - planejar, propor, desenvolver e implantar novos modelos de negócios e de financiamento à cultura, isoladamente ou em parceria com organismos públicos ou privados;
.....

Art. 23. À Diretoria de Desenvolvimento e Avaliação de Mecanismos de Financiamento compete:

I - implementar, em articulação com instituições financeiras, públicas e privadas, mecanismos de financiamento de atividades da economia do setor cultural;

II - mapear, diagnosticar, propor e implementar novas modalidades de financiamento e investimento para os programas e projetos culturais;

IV - promover a capacitação dos agentes empreendedores, empresas e gestores culturais com vistas a assegurar o acesso aos mecanismos de fomento e incentivo.”

O estabelecimento destas competências, no decreto citado, demonstrou o prenúncio de uma política que hoje ganha corpo e evidência a partir da institucionalização da SEC. Dando continuidade ao processo de reflexão sobre o desenho organizacional para a Secretaria, optou-se por um formato orgânico, que garantisse a integração das áreas permitindo o desenvolvimento de um trabalho mais robusto e consistente. Assim, **foi decidido que a SEC deveria ser estruturada a partir de dois vetores de atuação: um concebido dentro de uma perspectiva macroeconômica e outro sob uma perspectiva microeconômica.** Cada um destes vetores veio compor duas diretorias:

- **Diretoria de Desenvolvimento e Monitoramento** - voltada aos aspectos macroeconômicos, a partir da implementação de programas e projetos de natureza estruturante: institucionalização de territórios criativos, desenvolvimento de estudos e pesquisas e proposição de novos marcos legais para a potencialização dos setores criativos.

- **Diretoria de Empreendedorismo, Gestão e Inovação** - voltada aos aspectos microeconômicos, a partir da implementação de programas e projetos de fomento técnico e econômico de empreendimentos e profissionais criativos, por meio de incubadoras, birôs de serviços, linhas de financiamento, apoio a tecnologias sociais de gestão de redes, coletivos e organizações associativas e formação para competências criativas, além da promoção de bens e serviços criativos nacionais no mercado internacional.

O vetor – **Desenvolvimento e Monitoramento (macroeconômico ou estruturante)** contempla todas as ações que permitirão a criação de uma ambiência favorável ao desenvolvimento da economia criativa, considerando-se processos de institucionalização de territórios criativos, articulação e a realização de estudos e pesquisas, além da promoção do debate e da elaboração de propostas de adequação de marcos legais. Estas ações estão classificadas de acordo com os seguintes eixos, detalhados a seguir:

- **Territórios Criativos:** Nesse campo, serão trabalhadas a concepção e a implementação de metodologias, ações, projetos e programas que permitam o surgimento e a institucionalização de territórios criativos (bairros, pólos produtivos, cidades e bacias criativas). Serão prospectados espaços que tenham potencial para ser considerados territórios criativos e, dessa forma, possam potencializar a geração de trabalho, emprego e renda.

- **Estudos e Pesquisas:** Através desta linha programática será feito o monitoramento da Economia Criativa Brasileira através da produção/sistematização de estudos e pesquisas sobre os diferentes setores criativos e sua participação relativa na estrutura econômica e social do país. Esses estudos serão realizados tanto internamente quanto por meio de parcerias com institutos de pesquisas.
- **Marcos Legais:** Essa vertente deverá atuar na construção/adequação de marcos legais tributários, previdenciários, trabalhistas e de propriedade intelectual que atendam às especificidades dos empreendimentos/profissionais criativos brasileiros. Na realidade atual, os marcos legais existentes não são suficientes nem adequados às necessidades dos setores, impedindo o seu efetivo fortalecimento e crescimento.

Por outro lado, o vetor – **Empreendedorismo, Gestão e Inovação** – (**microeconômico ou empreendedor**) contempla todas as ações que serão desenvolvidas e implementadas diretamente no campo, relacionando-se com o empreendimento, o empreendedor e profissionais criativos, de acordo com os seguintes eixos:

- **Empreendedorismo em Setores Criativos:** O motor desta área é o fomento técnico e financeiro aos empreendimentos criativos, a ser desenvolvido a partir do apoio, da promoção e do estímulo à criação de incubadoras, birôs de serviços e linhas de financiamento específicas para organizações deste campo.
- **Formação para Competências Criativas:** Esse campo trabalha com o fomento e articulação de programas de educação para o desenvolvimento de competências criativas e inovadoras nas áreas técnicas e de gestão, voltados para profissionais e empreendimentos criativos, junto às universidades públicas e privadas, às escolas técnicas e profissionalizantes, às organizações sem fins lucrativos.
- **Redes e Coletivos:** Esta linha programática deverá promover o fomento técnico e financeiro à criação e promoção de coletivos, redes de coletivos e cooperativas de profissionais criativos, no intuito de fortalecer a economia criativa brasileira a partir de práticas inovadoras, associativas, cooperadas, inclusivas e sustentáveis.

De acordo com os vetores e eixos de atuação descritos anteriormente, a Secretaria da Economia Criativa se constitui a partir do cumprimento das seguintes competências:

- I. Propor, conduzir e subsidiar a elaboração, implementação e avaliação de planos e políticas públicas para o desenvolvimento da economia criativa brasileira;
- II. Planejar, promover, coordenar e implementar ações necessárias ao desenvolvimento da economia criativa brasileira;
- III. Articular junto a órgãos públicos a inserção da temática da economia criativa nos seus âmbitos de atuação;
- IV. Subsidiar os demais órgãos e as entidades do Ministério da Cultura no processo de formulação das políticas públicas relacionadas com a promoção da economia criativa brasileira;
- V. Acompanhar a elaboração dos tratados e convenções internacionais sobre a economia criativa, em articulação com outros órgãos e organismos públicos e privados;
- VI. Articular e conduzir o processo de mapeamento da economia criativa do Brasil com o objetivo de identificar vocações e oportunidades de desenvolvimento local e regional;
- VII. Fomentar a identificação, a criação e o desenvolvimento de *pólos*, cidades e territórios criativos com o objetivo de gerar e potencializar novos empreendimentos, trabalho e renda no campo dos setores criativos;
- VIII. Articular e propor a criação de mecanismos direcionados à consolidação institucional de instrumentos legais no campo da economia criativa.

- IX. Planejar, coordenar e executar as atividades relativas à celebração e à prestação de contas dos convênios, acordos e outros instrumentos congêneres, inclusive os que envolvam a transferência de recursos financeiros, no âmbito de sua área de atuação.
- X. Planejar, propor, formular e apoiar ações voltadas à formação de profissionais e empreendedores criativos e a qualificação de empreendimentos dos setores criativos;
- XI. Planejar, propor, formular e implementar linhas de financiamento das atividades dos setores criativos, com vistas ao fortalecimento de suas cadeias produtivas;
- XII. Planejar, propor, formular e implementar ferramentas, modelos de negócios e tecnologias sociais de empreendimentos criativos, isoladamente ou em parceria com organismos públicos ou privados;
- XIII. Apoiar ações para intensificação de intercâmbios técnicos e de gestão dos setores criativos entre o Brasil e países estrangeiros;
- XIV. Instituir programas e projetos de apoio às atividades dos setores criativos, seus profissionais e empreendedores, de modo a promover a articulação e o fortalecimento dos micro e pequenos empreendimentos criativos;
- XV. Promover bens e serviços criativos brasileiros em eventos nacionais e internacionais, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores.
- XVI. Representar o Brasil em organismos e eventos internacionais relativos aos setores e ao desenvolvimento da economia criativa, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores.

Análise Crítica

A despeito da atipicidade que marcou a execução orçamentária de 2011, a Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural (Secretaria da Economia Criativa em estruturação) conseguiu avançar na pactuação de um conjunto de ações relevantes para a institucionalização da economia criativa brasileira, a saber:

- a) concretizou acordo de cooperação com o IPEA para elaboração de uma cesta de indicadores econômicos sobre economia criativa brasileira e formatação do modelo lógico de monitoramento do plano de metas da própria Secretaria;
- b) reafirmou acordo de cooperação com o SEBRAE Nacional com objetivo de mapear as principais cadeias produtivas da economia criativa das cidades brasileiras sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014, além de estruturar a oferta de formação em gestão de empreendimentos criativos para empreendedores e produtores culturais;
- c) iniciou os trabalhos de construção da Conta-Satélite da Cultura, em parceria com o IBGE, com o propósito de produzir e disseminar dados macroeconômicos (valor adicionado, emprego, renda e consumo) sobre a oferta e a demanda de bens e serviços de natureza cultural no país.

Naturalmente, os resultados de tais iniciativas estruturantes somente serão percebidos e mensurados ao longo dos próximos três anos. Por outro lado, estas ações demonstram o firme propósito do MinC em institucionalizar a temática da Economia Criativa na pauta dos grandes debates nacionais e, mais que isso, evidenciar a importância da Cultura como motor estratégico de desenvolvimento do país.

2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

A Constituição Brasileira de 1988 trata do Direito ao Desenvolvimento como um direito fundamental, baseado nas prestações positivas do Estado que venham concretizar a democracia econômica, social e cultural, a fim de efetivar na prática a dignidade da pessoa humana. Essas garantias jurídicas, no entanto, não impediram a decadência dos modelos de desenvolvimento

focados na mera acumulação de riqueza e de crescimento do PIB, cujos resultados somente reforçaram o abismo entre ricos e pobres, especialmente, nos países periféricos.

O Plano da Secretaria da Economia Criativa assume no Governo Federal o desafio de construir uma nova alternativa de desenvolvimento, fundamentada na diversidade cultural, na inclusão social, na inovação e na sustentabilidade. Para tanto, elege a economia criativa como um eixo de desenvolvimento do Estado brasileiro.

Na sociedade do conhecimento e das novas tecnologias, a economia da cultura vem se ampliando, transfigurando-se em uma economia criativa. Essa nova economia, que ultrapassa as linguagens artísticas e as culturas populares, passa a dominar novos segmentos (novas mídias, games, softwares) e a agregar novos valores às indústrias tradicionais (design, arquitetura, moda), tomando hoje grande importância nas diversas regiões do planeta. É a dimensão simbólica da produção humana, desta feita, que será elemento fundamental na definição econômica desses novos bens e serviços.

Fruto de uma ação integrada entre o Ministério da Cultura e os diversos parceiros públicos e privados, o Plano da Secretaria de Economia Criativa tem a finalidade de formular, implementar e monitorar políticas públicas para um novo desenvolvimento, fundamentado no estímulo à criatividade dos empreendedores brasileiros, assim como na inovação de seus empreendimentos.

O Plano da SEC foi elaborado ao longo do período compreendido entre abril e julho de 2011. Visando à implementação de políticas públicas transversais a diversos setores do poder público, iniciativa privada e sociedade civil, a SEC reuniu no seu processo de planejamento, especialistas e parceiros institucionais como as agências de fomento e desenvolvimento, empresas estatais, organizações do Sistema S, organismos bilaterais e multilaterais internacionais, secretarias e fundações de cultura, além da participação de 16 ministérios e demais órgãos do Governo Federal e das secretarias e órgãos vinculados do próprio Sistema MinC.

A metodologia adotada no processo de planejamento teve como ponto de partida a construção de marcos conceituais e de princípios norteadores para fundamentar a institucionalização de uma política nacional da economia criativa. Nas demais etapas do planejamento, a metodologia teve como fio condutor a interlocução com os parceiros institucionais a partir da proposição de estratégias e ações pautadas nos cinco grandes desafios elencados pela SEC: o levantamento de informações e dados da Economia Criativa, a articulação e estímulo ao fomento de empreendimentos criativos, a formação para competências criativas, o apoio à infraestrutura de produção, circulação/distribuição e consumo/fruição de bens e serviços criativos e a criação e a adequação de marcos legais para os setores criativos.

O planejamento na maioria de suas etapas foi construído basicamente em encontros com duração média de um dia de reunião de trabalho e conduzido pela seguinte metodologia: a primeira parte da reunião era reservada a apresentações da SEC e de cada instituição convidada. Na segunda parte, os participantes se reuniam em grupos para debater, sugerir e propor estratégias e ações de acordo com os objetivos da pauta proposta em cada encontro, cujas idéias eram reunidas pelo relator de cada grupo. Por fim, a terceira parte correspondia à consolidação do trabalho realizado pelos grupos a partir da apresentação dos relatores para todos os participantes do encontro. Oportunamente foram realizadas reuniões bilaterais quando da impossibilidade de alguma instituição convidada participar dos encontros.

É importante ressaltar alguns aspectos resultantes dessa metodologia que subsidiaram as políticas propostas pelo Plano da SEC: compartilhamento de diferentes olhares sobre os desafios da SEC, retomada de estratégias setoriais identificadas anteriormente pelo Ministério da Cultura, identificação de diferentes iniciativas existentes no país, voltadas ao fomento da economia criativa e que poderão ser aperfeiçoadas e ampliadas a partir da soma de esforços de diversos parceiros públicos e privados e o alinhamento de programas do Governo Federal, a partir da identificação de ações transversais e intersetoriais de vários ministérios que podem ser integradas em prol do fortalecimento da economia criativa brasileira.

As ações e os produtos apresentados nesse plano traduzem as diretrizes e as políticas propostas por essa Secretaria os objetivos e metas previstas no PPA de 2012 a 2015. Nesse sentido, da SEC propõe um conjunto de iniciativas e ações a serem implementadas pelo Ministério da Cultura, articuladas de modo interministerial e com diversos parceiros públicos e privados a partir dos seus eixos de atuação: institucionalização de territórios criativos; desenvolvimento de pesquisas e monitoramentos; estabelecimento de marcos regulatórios favoráveis à economia criativa brasileira; fomento técnico e financeiro voltado para negócios e empreendimentos dos setores criativos; promoção e fortalecimento de organizações associativas (cooperativas, redes e coletivos) e formação para competências criativas de modo a promover a inclusão produtiva.

Análise Crítica

No que se refere ao contexto de implementação do Plano da SEC, vale mencionar que este foi um ano de transição governamental, em que a nova gestão reorienta as diretrizes institucionais, o que naturalmente retarda o início das atividades, impactando o processo decisório.

As limitações internas foram agravadas pelo processo de reestruturação organizacional, ainda não concluído. A situação de transitoriedade levou os gestores a optar por dedicar boa parcela do tempo ao planejamento de ações a serem executadas em 2012. Por questões de economicidade processual, optou-se por pactuar em 2011, apenas com entes federados, os pilotos dos principais produtos da Secretaria. Por essa razão foi celebrado um número mínimo de convênios.

A UJ foi obrigada executar o PRODEC na perspectiva da reestruturação organizacional do MinC, como isto não ocorreu, foi necessário compartilhar com a Secretaria Executiva parte das regras e com a edição de Portarias ministeriais para, em caráter de excepcionalidade, realizar a transição de processos entre a Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural e a Secretaria da Cidadania Cultural.

2.3. Programas de governo sob a responsabilidade da UJ

No PPA 2008-2011, o Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura (PRODEC) tinha por objetivo fortalecer as atividades e cadeias produtivas da cultura, promovendo seu desenvolvimento econômico, por meio da realização de diagnósticos, indicadores e informações consistentes sobre cada segmento, que propiciem o planejamento de ações e a elaboração de soluções para os gargalos no desenvolvimento dos mesmos; estabelecimento de sistema eficiente e dinâmico de sistematização e difusão de informações sobre cada segmento da Economia da Cultura no país, que subsidie a ação do governo e dos empreendedores do setor e promova a comunicação eficaz entre os diversos agentes envolvidos no desenvolvimento do setor; capacitação dos empreendedores do setor, com foco nos novos modelos de negócio, na gestão empresarial e na propriedade intelectual; promoção dos negócios de cada setor, visando a ampliação de sua presença no mercado interno e no mercado externo (feiras de negócios setoriais, programas de exportação etc.); formulação de mecanismos adequados de financiamento ao setor, a serem implementados

tanto pelo Ministério da Cultura (através de mecanismos como os fundos), como através de parceria com órgãos do governo federal (bancos, agências, ministérios), estadual ou municipal.

A ação de **Promoção de Negócios da Economia da Cultura (2C84)** apóia projetos de promoção de negócios e conteúdos, voltados para exposição e distribuição de produtos e serviços culturais, visando a ampliação do volume de negócios, o aumento das exportações, ampliando o consumo e o acesso aos bens culturais dos diversos setores.

A ação de **Estudos para o Fortalecimento da Economia da Cultura (6620)** realiza o levantamento de dados e o desenvolvimento de estudos sobre as atividades dos diversos segmentos culturais, visando subsidiar a formulação, implantação e avaliação das ações de fomento e incentivo.

A ação **Capacitação de Empreendedores para o Fortalecimento da Economia da Cultura (2C80)** visa à qualificação e atualização de profissionais de entidades e de empresas culturais em gestão de empreendimentos culturais, a fim de qualificar e ampliar sua inserção no mercado interno e externo. Para a capacitação em gestão de empreendimentos culturais foram apoiados cursos de capacitação de artistas, produtores, empresários e artesãos dos diversos setores produtivos culturais, como o projeto Pernambuco com Design e a Qualificação Artistas e Especialistas no Exterior.

A ação de **Concessão de Financiamento a Empreendedores Culturais (0B85)** prevê o apoio a instituições de fomento e de financiamento para a formulação de produtos adequados às necessidades dos segmentos da Economia da Cultura. Trata-se de uma ação do tipo operação especial, que ainda depende de regulamentação pelo órgão e de contratação de instituição para gestão dos recursos a serem disponibilizados ao público a título de financiamento reembolsável.

Já no PPA 2012-2015, uma nova metodologia de planejamento e orçamento instituiu como substituto do Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura, o Programa Cultura: Preservação, Promoção e Acesso, que estabelece como seu Objetivo 3 promover a economia criativa contribuindo para o desenvolvimento econômico e sociocultural sustentável. Para tal, as ações estão agora associadas a Iniciativas para:

- **Elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento da economia criativa brasileira e formulação do Plano Nacional da Economia Criativa (PNEC):** Ação não-orçamentária vinculada à formulação e implementação do Plano Nacional da Economia Criativa (PNEC) e ao estabelecimento de marcos regulatórios favoráveis aos empreendedores e empreendimentos criativos no âmbito da legislação trabalhista, previdenciária e tributária. Também articulará e instalará o Conselho Interministerial para o Desenvolvimento da Economia Criativa instalado.
- **Formação para as competências criativas através de cursos para a qualificação de profissionais, empreendedores e gestores de empreendimentos criativos:** Ação 2C80 - Capacitação de empreendedores para o fortalecimento da Economia Criativa.
- **Mapeamento da economia criativa do Brasil com o objetivo de identificar vocações e oportunidades de desenvolvimento local e regional, gerando conhecimento e informação sobre a economia criativa nacional:** Ação 6620 - Estudos para o fortalecimento da Economia Criativa.
- **Identificação e fomento a pólos criativos para geração de novos empreendimentos, trabalho e renda, com fortalecimento dos micro e pequenos empreendimentos criativos, inclusive com alavancagem da exportação de bens e serviços:** Ação 2C84 - Promoção de negócios e fomento a empreendimentos e empreendedores dos setores criativos.
- **Criação de linhas de crédito específicas e adequação de linhas já existentes para micro e pequenos empreendimentos criativos, em parceria com instituições financeiras, de**

modo a promover a desconcentração regional de distribuição de recursos financeiros:
Ações 0B85 - Concessão de financiamento a empreendedores criativos (lei nº 8.313 de 1991); e 2D07 - Administração do financiamento a empreendedores criativos.

2.3.1. Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

2 - Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Código no PPA	1391					
Denominação	Desenvolvimento da Economia da Cultura – PRODEC					
Tipo do Programa	Finalístico					
Objetivo Geral	Estimular a produção, a difusão e o acesso da população aos bens e serviços de natureza cultural					
Objetivos Específicos	Fortalecer as atividades e cadeias produtivas da cultura, promovendo seu desenvolvimento econômico					
Gerente	Márcia Helena Gonçalves Rollemberg					
Público Alvo	Empreendedores, empresas e arranjos produtivos dos diversos segmentos da Economia da Cultura					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
27.900.000	27.900.000	9.315.000	550.857	8.764.142,67	550.857	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Volume de Negócios Promovidos pelas Empresas Apoiadas (reais)	12/11/2006	8.000.000	-	25.000.000	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Somatório dos valores estimados nas feiras de promoção de economia da cultura apoiadas (Feiras de música, do livro, de artesanato etc.)						

Análise Crítica

Foi provida dotação orçamentária inicial da ordem de R\$12.200.000 e final de R\$ 9.417.140. Além disso, o Programa dispôs de R\$15.000.000 na ação 0B85 - Concessão de Financiamento a Empreendedores Culturais – UO 74912, e R\$ 700.000 para a ação 2D07 – Administração do Financiamento a Empreendedores Culturais, destinados respectivamente a operações especiais de crédito e sua operacionalização, que não foram utilizados.

A execução do PRODEC ficou prejudicada em razão do processo reestruturação organizacional do MinC, que determinou a transferência do referido programa da Secretaria de Políticas Culturais. As medidas necessárias a essa transferência somente se concretizaram em agosto de 2011. (em anexo Portarias Ministeriais de 56 e 80 de 2011).

2.3.2. Execução física das ações realizadas pela UJ

3 - Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
13	691	1391	2C80	P	4	UNIDADE (Pessoa capacitada)	1.330	0	1.000
13	691	1391	6620	P	4	UNIDADE (Estudo realizado)	5	0	5
13	691	1391	2C84	P	4	UNIDADE (Empreendimento apoiado)	27	0	100

Fonte: SIGPlan/SIAFI Gerencial

Análise Crítica

Não houve contingenciamento significativo dos recursos do destinados ao PRODEC. Entretanto, a disponibilização tardia das condições administrativas necessárias à SID na operacionalização do Programa, 2011 comprometeu o bom andamento de sua execução. Vale salientar também que a Secretaria de Políticas Culturais, antecessora da Secretaria da Identidade e Diversidade na gestão PRODEC, foi a responsável pelos trabalhos determinados no Decreto 7592 de 28 de outubro de 2011, na avaliação dos instrumentos vigentes.

Dos convênios objeto da análise, muitos previam execução plurianual e, conseqüentemente, desembolsos no exercício de 2011. Foi necessário aguardar a conclusão da avaliação da regularidade dos convênios e convenientes, para obter a real disponibilidade orçamentária do PRODEC. Ao final, houve cancelamentos de empenhos e destrato de alguns compromissos anteriores, possibilitando a pactuação de novos acordos. Porém, como esses fatos retardaram o início do processo de formalização dos convênios, não houve tempo hábil para cumprir todos os procedimentos de execução e conclusão dos dentro do exercício, nem alcance das metas previstas no PPA 2008-2011.

2.4. Desempenho orçamentário/financeiro

2.4.1. Programação orçamentária da despesa

4- Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
MINISTÉRIO DA CULTURA/MinC	42101	420030
FUNDO NACIONAL DE CULTURA/FNC	42902	340030

2.4.1.1. Programação de despesas correntes

5 - Quadro A.2.4 – Programação de Despesas Correntes Denominação das Unidades Orçamentárias - MINISTÉRIO DA CULTURA - 420030

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	-	-	-	-	13.318.450	7.578.720	
	PLOA	-	-	-	-	13.318.450	7.578.720	
	LOA	-	-	-	-	13.318.450	7.578.720	
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-		
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		-	-	-	-	13.318.450	7.578.720	

Fonte: SIAFI

6 - Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes - FUNDO NACIONAL DE CULTURA/FNC - 340030

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		-	-	-	-	-	-
	PLOA		-	-	-	-	-	-
	LOA		-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI

2.4.1.2. Programação de despesas de capital

7 - Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital - MINISTÉRIO DA CULTURA - 420030

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	-	-	-	-	-	-	
	PLOA	-	-	-	-	-	-	
	LOA	-	-	-	-	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI

8 - Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital - FUNDO NACIONAL DE CULTURA - 340030

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	2.500.000	-	-	-	-	-
	PLOA	2.500.000	-	-	-	-	-
	LOA	2.500.000	-	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-
Total		2.500.000	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

2.4.1.3. Quadro resumo da programação de despesas

9 - Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência
 MINISTÉRIO DA CULTURA/MinC - 420030 - FUNDO NACIONAL DE CULTURA - 340030

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		-	-	-	-	-
	PLOA		-	-	-	-	-
	LOA		-	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-
Outras Operações		-	-	-	-	-	
Total		-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

O destaque orçamentário realizado para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior tem como objetivo a realização de ações conjuntas para o mapeamento de oportunidades no setor do design nas 12 cidades da Copa. O Termo de Cooperação está em vigência e a pesquisa tem sua conclusão prevista para XXXX.

Quanto ao Termo de Cooperação, este teve como objeto a participação do MinC, por meio da Secretaria, na 2ª Conferência do Desenvolvimento – CODE realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada -IPEA, especificamente sobre tema da economia criativa, tendo como atividade principal um seminário aberto com painéis (com autoridades e especialistas), mesas, oficinas e exposições, onde foram debatidos aspectos da relação entre economia criativa e desenvolvimento econômico.

2.4.1.4. Movimentação orçamentária por grupo de despesa

10 - Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa - MINISTÉRIO DA CULTURA - 420030 Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos	280102 - Coordenação -Geral de Orçamento e Finanças/MDIC	42101 - 13691139166200001	-	-	300.000,00
		113601 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA/DF	42101 - 1369113912C800001	-	-	200.000,00
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: SIAFI

11 - Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa - FUNDO NACIONAL DE CULTURA - 340030 Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: SIAFI

2.4.2. Execução orçamentária da despesa

2.4.2.1. Execução orçamentária de créditos originários da UJ

2.4.2.1.1. Despesas por modalidade de contratação

12 - Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ
 MINISTÉRIO DA CULTURA/MinC - 420030

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	80.000,00	309.553,80	0,00	187.756,38
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	80.000,00	309.553,80	0,00	187.756,38
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Registro de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	134.395,42	213.482,74	119.469,29	203.482,74
Dispensa	134.395,42	213.482,74	119.469,29	203.482,74
Inexigibilidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamento de Pessoal	30.254,80	151.400,29	30.254,80	123.858,66
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	30.254,80	151.400,29	30.254,80	123.858,66
Outros	5.308.783,50	2.335.058,79	48.783,50	302.021,66
Não se Aplica	5.308.783,50	2.335.058,79	48.783,50	302.021,66
Totais	5.553.433,72	3.009.495,62	198.507,59	817.119,44

Fonte: SIAFI Gerencial

13 - Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ
 FUNDO NACIONAL DE CULTURA/FNC - 340030

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	0,00	0,00	0,00	0,00
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	0,00	0,00	0,00	0,00
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Registro de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
Dispensa	0,00	0,00	0,00	0,00
Inexigibilidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamento de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	2.500.000,00	20.603.886,20	0,00	8.907.381,36
Não se Aplica	2.500.000,00	20.603.886,20	0,00	8.907.381,36
Totais	2.500.000,00	20.603.886,20	0,00	8.907.381,36

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.2.1.2. Despesas correntes por grupo e elemento de despesa

14- Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ
MINISTÉRIO DA CULTURA/MinC - 420030

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nome 1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	5.523.178,92	2.858.095,33	5.523.178,92	2.858.095,33	5.354.926,13	2.164.834,55	168.252,79	693.260,78
31 - PREMIACOES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR.	4.410.000,00	2.000.000,00	4.410.000,00	2.000.000,00	4.410.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00
41 - TRANSFERENCIAS CONS.PUBLICOS	850.000,00	50.000,00	850.000,00	50.000,00	850.000,00	0,00	0,00	50.000,00
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	134.395,42	336.468,54	134.395,42	336.468,54	14.926,13	14.886,60	119.469,29	321.581,94
Demais elementos do grupo	128.783,50	471.626,79	128.783,50	471.626,79	80.000,00	149.947,95	48.783,50	321.678,84
Totais	5.523.178,92	2.858.095,33	5.523.178,92	2.858.095,33	5.354.926,13	2.164.834,55	168.252,79	693.260,78

Fonte: SIAFI Gerencial

15 - Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ
 FUNDO NACIONAL DE CULTURA/FNC - 340030

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nome 1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	0,00	20.603.886,20	0,00	20.603.886,20	0,00	11.696.504,84	0,00	8.907.381,36
1º elemento de despesa	0,00	20.603.886,20	0,00	20.603.886,20	0,00	11.696.504,84	0,00	8.907.381,36
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	0,00	20.603.886,20	0,00	20.603.886,20	0,00	11.696.504,84	0,00	8.907.381,36

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.2.1.3. Despesas de capital por grupo e elemento de despesa

16 - Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ
 MINISTÉRIO DA CULTURA/MinC - 420030
 1,00

Valores em R\$

Grupos de Despesa Exercícios	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial

17 - Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ
FUNDO NACIONAL DE CULTURA/FNC - 340030

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa Exercícios	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial

Análise Crítica

Primeiramente releva salientar que toda a execução dos exercícios anteriores, bem como RP não processados, valores pagos e despesas liquidadas referem-se ao Programa Brasil Plural que foi transferido para a Secretaria da Cidadania Cultural - SCC, conforme já informado anteriormente (vide portarias 56 e 80 de 2011, anexas ao presente relatório). A despeito disto, manteve-se os valores indicados nos exercícios anteriores, uma vez que não se pode alterá-los, ressaltando, contudo que a avaliação dos resultados consta do Relatório de Gestão da SCC.

No que se refere às despesas e compromissos pactuados no exercício de 2011, foram destinados ao conveniamento de 5 Criativas Birô, com a finalidade de adequação do ambiente destinado à prestação de serviços a profissionais criativos, ações de capacitação, assessoria técnica e difusão, dentre outras. A instalação desses equipamentos prevê a adaptação de espaço de propriedade pública, compra de equipamentos e contratação de serviços técnicos especializados. Os serviços oferecidos ao público serão gratuitos e os espaços geridos pelos órgãos estaduais de cultura e seus parceiros. Na primeira etapa de implantação estão previstos convênios com cinco estados, um em cada região, todos firmados com os próprios entes federados. Os estados selecionados nesta primeira etapa foram Acre, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul, cujos convênios encontram-se em vigência. Cada projeto previu R\$500.000,00 para a compra de equipamentos e R\$700.000,00 para as reformas do espaço e contratação de serviços.

Foram lançados, também, dois editais de premiação, a saber:

- Edital nº 1 (DOU de 29 de dezembro de 2011) - Edital de Apoio a Estudos e Pesquisas em Economia Criativa: selecionará estudos e pesquisas sobre temas da economia criativa nos contextos macroeconômico e legal-institucional brasileiros. Serão agraciadas 22 pesquisas. O apoio destina-se a pesquisadores da área acadêmica com atuação na área de pesquisa. A premiação será de R\$ 810 mil divididos em três categorias: Teses de Doutorado (6),m Dissertações de Mestrado (9) e Produções em Grupo (7).
- Edital nº 2 (DOU de 29 de dezembro de 2011) - Edital de Fomento a Iniciativas Empreendedoras e Inovadoras: irá identificar, reconhecer, fomentar e difundir as iniciativas empreendedoras e inovadoras da sociedade civil atuantes nos setores criativos. A premiação será de R\$3,6 milhões para 150 iniciativas selecionadas nas seguintes categorias: Novos Modelos de Gestão de Empreendimentos e Negócios Criativos (100 prêmios no valor unitário de R\$ 24.000,00) e Formação para Competências Criativas (50 prêmios no valor unitário de R\$ 26.000,00).

A formalização dos instrumentos (criativas birô e editais) foi tardia pelas razões já relatadas no item 2.2.

Há ainda um convênio, no valor de R\$ 850.000,00, em fase de finalização, com a Secretaria Estadual de Cultura do Rio Grande do Sul, para a realização de editais naquele Estado.

O valor de R\$ 4.410.000,00 foi provido para a realização de editais desta Secretaria e também encontra-se em fase de execução.

2.4.2.2. Execução orçamentária de créditos recebidos pela UJ por movimentação

2.4.2.2.1. Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação

18 - Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação - MINISTÉRIO DA CULTURA/MinC - 420030 Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação	0,00	0,00	0,00	0,00
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	0,00	0,00	0,00	0,00
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
Dispensa	0,00	0,00	0,00	0,00
Inexigibilidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamento de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	100.000,00	0,00	0,00
Não se Aplica	0,00	100.000,00	0,00	0,00
Totais	0,00	100.000,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial

19 - Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação
FUNDO NACIONAL DE CULTURA/FNC - 340030

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação	0,00	0,00	0,00	0,00
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	0,00	0,00	0,00	0,00
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00
Dispensa	0,00	0,00	0,00	0,00
Inexigibilidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamento de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	3.500.000,00	8.605.542,72	0,00	6.822.380,84
Não se Aplica	3.500.000,00	8.605.542,72	0,00	6.822.380,84
Totais	3.500.000,00	8.605.542,72	0,00	6.822.380,84

Fonte: SIAFI Gerencial

20 - Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação
MINISTÉRIO DA CULTURA/MinC - 420030

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa Exercício	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3- Outras Despesas Correntes	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
31 - PREMIACOES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial

21 - Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação
FUNDO NACIONAL DE CULTURA/FNC - 340030

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3- Outras Despesas Correntes	3.500.000,00	8.605.542,72	3.500.000,00	8.605.542,72	3.500.000,00	1.783.161,88	0,00	6.822.380,84
41 - TRANSFERENCIAS CONS.PUBLICOS	3.500.000,00	8.605.542,72	3.500.000,00	8.605.542,72	3.500.000,00	1.783.161,88	0,00	6.822.380,84
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	3.500.000,00	8.605.542,72	3.500.000,00	8.605.542,72	3.500.000,00	1.783.161,88	0,00	6.822.380,84

Fonte: SIAFI Gerencial

22 - Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação
 MINISTÉRIO DA CULTURA/MinC - 420030

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	Exercício	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 - Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 - Amortização da Dívida		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial

23 - Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

FUNDO NACIONAL DE CULTURA/FNC – 340030

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 - Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 - Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial

Análise Crítica

Todos os compromissos anteriores referentes ao Programa Brasil Plural foram repassados para a Secretaria de Cidadania Cultural, por meio das Portarias MinC nº 56 e 80 de 2011. Os recursos providos em 2011 no valor de R\$ 3.500.000,00 (em Custeio) destinaram-se aos Criativas Birô que, como já informado, encontra-se em fase de execução.

2.4.3. Indicadores institucionais

O indicador de resultado do PRODEC é medido pelo somatório dos valores estimados nas feiras de promoção de economia da cultura apoiadas (feiras de música, do livro, de artesanato etc.). No entanto, este indicador do volume de negócios só tem correlação direta com o indicador da ação de promoção de negócios (empreendimento apoiado) pela qual foram apoiados estes eventos de negócios, e com o indicador de concessão da ação de financiamento (empreendimento financiado) que não teve execução. Os indicadores das ações de capacitação de empreendedores (empreendedor capacitado) e de realização de estudos (estudo realizado) não têm relação direta com o indicador do programa. Ademais, além deste indicador do programa não ser útil para traduzir um resultado ou impacto na economia, ainda não é possível ser mensurado, pois até o momento não há uma metodologia e uma sistemática estabelecida para isso.

Não obstante, a partir de 2011 a SEC/SID tem desenvolvido as bases metodológicas e sistemáticas para a elaboração da Conta Satélite da Cultura, como extensão do Sistema de Contas Nacionais que expande sua capacidade de análise sobre o setor cultural em formato comparável com o conjunto da economia. A criação de uma Conta Satélite propiciará um melhor delineamento e entendimento do escopo da cultura em termos de atividades econômicas, como, por exemplo, sobre a evolução de renda e emprego do setor cultural, que possibilitará a tomada de decisões estratégicas no campo de políticas públicas do setor cultural. A Portaria Interministerial n° 130, de 23/12/10, estabeleceu a estrutura para a implementação e a manutenção das Contas de Cultura no Brasil com a instituição do seu Comitê Gestor e seu Grupo Executivo, que estão desenvolvendo os parâmetros conceituais e organizacionais que possibilitarão o levantamento e tratamento de informações quantitativas e qualitativas sobre as atividades econômicas dos setores criativos brasileiros. Para tal, será firmado termo de cooperação com o IBGE para a eventual contratação de consultores e custeio das atividades.

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS (ITEM 3 DA PARTE A – CONTEÚDO GERAL DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010)

24 - Quadro A.3.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2010	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2011
Razões e Justificativas: Não se aplica					
Fonte:					

4. MOVIMENTAÇÃO E SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (ITEM 4 DA PARTE A – CONTEÚDO GERAL DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010)

4.1. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

25 - Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores
 MINISTÉRIO DA CULTURA/MinC - 420030

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	-	-	-	-
2009	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	-	-	-	-
2009	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

Observações:

26 - Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores
 FUNDO NACIONAL DE CULTURA/FNC - 340030

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	388.072,16	-	388.072,16	-
2009	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	9.924.757,15	7.174.677,15	2.750.080,00	-
2009	101.092,65	1.092,65	100.000,00	-

Fonte: SIAFI Gerencial

Análise crítica

A análise crítica das planilhas deste item consta no relatório de gestão da Secretaria de Cidadania Cultural.

5. RECURSOS HUMANOS

5.1. Composição do quadro de servidores ativos

5.1.1. Demonstração da força de trabalho à disposição da Unidade Jurisdicionada

27 - Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	não há	24	4	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	não há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	não há	24	4	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	não há	17	1	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	não há	3	1	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	não há	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	não há	4	2	0
1.2.5. Celetistas (anistiados)	não há	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	não há	0	0	0
3. Total de Servidores (1+2)	não há	24	4	0

Fonte: SIAPE

5.1.2. Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da Unidade Jurisdicionada

28 - Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	2
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	2
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	2
3.1. De ofício, no interesse da Administração	2
3.2. A pedido, a critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em pessoa da família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço military	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	0
5.5. Mandato classista	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	2
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	2

Fonte: SIAPE

5.1.3. Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da Unidade Jurisdicionada

29 - Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	16	15	11	4
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	16	15	11	4
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	4	2	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	3	1	0
1.2.4. Sem vínculo	0	8	8	1
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções gratificadas	0	0	0	0
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0	0	0
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	16	15	11	4

Fonte: SIAPE

5.1.4. Qualificação do quadro de pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a idade

30 - Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provedimento de cargo efetivo	8	5	1	3	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	1	0
1.2. Servidores de Carreira	8	5	1	2	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provedimento de cargo em comissão	4	4	2	4	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	4	4	2	4	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	12	9	3	7	1

Fonte: SIAPE

5.1.5. Qualificação do quadro de pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a escolaridade

31 - Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	0	0	3	15	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	1	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	0	3	14	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	4	10	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	4	10	0	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	0	0	7	25	0	0	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

32 - Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	0	0
1.1 Voluntária	0	0
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	0	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	0	0
2.1 Voluntária	0	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	0	0

Fonte: SIAPE

33 - Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	0	0
1.1. Integral	0	0
1.2. Proporcional	0	0
2. Em Atividade	0	0
3. Total (1+2)	0	0

Fonte: SIAPE

34 - Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio					
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)					

Fonte: SIAPE

35 - Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0

	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	233.321,79	27.074,39	39.385,95	0	62.728,03	5.230,00	144.476,20	0	0	392.018,34
	2010	163.241,57	0	19.834,44	2.330,02	0	0	24.873,60	0	0	240.431,28
	2009	93.751,48	0	10.127,72	3.286,30	0	0	24.873,60	0	0	132.039,10
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	48.639,12	0	4.057,95	2.061,23	7.296,00	4.109,01	0	0	0	66.163,31
	2010	72.568,76	0	4.011,23	1.438,71	0	0	6.783,20	0	0	60.294,34
	2009	48.061,20	0	4.011,23	1.438,71	0	0	6.783,20	0	0	60.294,34
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	159.378,60	335.410,33	42.725,36	15.145,56	140.664,86	6.608,00	96.621,14	0	0	796.553,85
	2010	149.431,01	718.861,94	72.369,22	15.753,93	0	7.830,81	77.867,63	0	0	1.042.114,54
	2009	118.750,96	551.919,83	65.632,95	11.663,02	0	0	32.329,52	0	0	780.296,28
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	54.715,08	0	6.127,79	2.020,68	0	0	17.205,60	0	0	80.069,15

Fonte: SIAPE

36 - Quadro A.5.9 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Apoio Técnico Operacional I	0	0	5	0	0
Apoio Técnico Operacional II	0	0	1	0	0
Apoio Técnico de Infra-Estrutura	0	0	0	0	0
Recepcionista	0	0	1	0	0
Secretário(a) Pleno(a)	0	0	0	0	0
Secretária Sênior	0	0	0	0	0
Técnico de Nível Médio	0	0	3	0	0
Técnico de Nível Superior	0	0	3	0	0

Fonte: SIAPE

37 - Quadro A.5.10 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa
ANALU BATISTA DA SILVA SANTOS	Recepcionista	25 de agosto de 2010
CARLOS CARVALHO ROCHA	Apoio Técnico Operacional II	25 de agosto de 2010
ELISÂNGELA MARIA DE SOUZA	Técnico de Nível Superior	25 de agosto de 2010
GABRIEL DEL FIACO BESSA DA COSTA	Apoio Técnico Operacional I	25 de agosto de 2010
KARLA DA SILVA REZENDE ALVES	Técnico de Nível Superior	25 de agosto de 2010
LAURENILZE PACHECO PEREIRA	Apoio Técnico Operacional I	25 de agosto de 2010
LEILIANE DE OLIVEIRA SOUSA	Técnico de Nível Médio	25 de agosto de 2010
NEY ALEXANDRE DA SILVA DO E. SANTO	Técnico de Nível Médio	25 de agosto de 2010
ODAIR DE SOUZA SILVA	Apoio Técnico Operacional I	25 de agosto de 2010
REGINA MARA SILVA CALDEIRA	Técnico de Nível Superior	25 de agosto de 2010
SÔNIA DE SOUZA	Apoio Técnico Operacional I	25 de agosto de 2010
VASTON VILARINDO PAESLANDIM	Técnico de Nível Médio	25 de agosto de 2010

Fonte: CDPE/CGEP/DGI/SE/MinC

38 - Quadro A.5.11 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores		Quantidade autorizada de servidores
	Número	Data	

Fonte: CDPE/CGEP/DGI/SE/MinC

39 - Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome:													
UG/Gestão:				CNPJ:									
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: CDPE/CGEP/DGI/SE/MinC

40 - Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome:													
UG/Gestão:				CNPJ:									
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	

					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
Observações:													
LEGENDA													
Área:													
<ol style="list-style-type: none"> 1. Conservação e Limpeza; 2. Segurança; 3. Vigilância; 4. Transportes; 5. Informática; 6. Copeiragem; 7. Recepção; 8. Reprografia; 9. Telecomunicações; 10. Manutenção de bens móveis 11. Manutenção de bens imóveis 12. Brigadistas 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 14. Outras 													
<p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>													

Fonte: CDPE/CGEP/DGI/SE/MinC

Análise crítica

Foi realizado concurso público em 2010 para substituição da mão de obra terceirizada conforme disposto na Portaria MP nº 54/2009, Portaria MP/CGU nº 494/2009, Portaria Minc nº 360, de 25 de agosto de 2010. O processo de substituição foi finalizado em 2010, com o desligamento de todos os contratados de forma irregular.

As informações acima foram fornecidas pelo órgão responsável. Entretanto, em razão, da reestruturação organizacional do MINC, apenas 3 dos terceirizados encontram-se em exercício nessa unidade administrativa.

6. TRANSFERÊNCIAS (ITEM 6 DA PARTE A – CONTEÚDO GERAL DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010)

6.1. Instrumentos de transferência vigentes no exercício

6.1.1. Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

41 - Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência
MINISTÉRIO DA CULTURA/MinC - 420030

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome:									
CNPJ:				UG/GESTÃO:					
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
CONVENIO	726717	05977454000130 - ASSOCIACAO DE CULTURA E MEIO AMBIENTE - ACMA	485.946,00	35.996,00			31/12/2009	11/2/2011	Aguardando Prestação de Contas
CONVENIO	761893	FUNDACAO DE CULTURA E COMUNICACAO ELIAS MANSOUR-Ac	700.000,00	300.000,00			19/03/2012	31/12/2012	Em Execução
CONVENIO	761955	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA-Go	700.000,00	300.000,00			20/03/2012	31/12/2012	Em Execução
CONVENIO	761953	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA-MG	700.000,00	300.000,00			21/03/2012	31/12/2012	Em Execução
CONVENIO	761926	FUNDACAO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO PERNAMBUCO-Pe	700.000,00	300.000,00			20/03/2012	31/12/2012	Em Execução
CONVENIO	761921	SECRETARIA DE ESTADO DA	700.000,00	300.000,00			16/03/2012	31/12/2012	Em Execução

		CULTURA-RS						
<u>LEGENDA</u>								
Modalidade:			Situação da Transferência:					
1 - Convênio			1 - Adimplente					
2 - Contrato de Repasse			2 - Inadimplente					
3 - Termo de Cooperação			3 - Inadimplência Suspensa					
4 - Termo de Compromisso			4 - Concluído					
			5 - Excluído					
			6 - Rescindido					
			7 - Arquivado					

Fonte: SICONV

42 - Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência
 FUNDO NACIONAL DE CULTURA/FNC - 340030420030

Valores em R\$ 1,00

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
CONVENIO	707042	04456389000135 INSTITUTO CULTURAL E SOCIAL BRASIL VIVO	379.000,00				10/11/2009	29/1/2011	Aguardando Prestação de Contas
CONVENIO	707187	05522122000161 MOVIMENTO GAY LEOES DO NORTE	100.000,00				30/12/2009	6/4/2011	Aguardando Prestação de Contas
CONVENIO	713975	06132761000183 INSTITUTO DE PESQUISA E DOCUMENTACAO ETNOGRAFICA	254.665,76	50.933,15			22/12/2009	15/4/2011	Aguardando Prestação de Contas
CONVENIO	721457	01167309000133 INSTITUTO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS IDDEHA	99.960,00				30/12/2009	22/6/2011	Prestação de Contas enviada para Análise
CONVENIO	721461	05642612000100 MOVIMENTO GAY DE ALFENAS E REGIAO SUL DE MINAS GERAIS	112.000,00	12.100,00			30/12/2009	17/12/2011	Aguardando Prestação de Contas
CONVENIO	725586	00401376000108 SECRETARIA DE CULTURA - SECULT	150.000,00				30/12/2009	3/6/2012	Em execução
CONVENIO	748946	04472848000174 ASSOCIACAO DAS COMISSOES ORGANIZADORAS DE FESTIVAIS DE MUSICA DO RS	145.650,00	29.130,00			13/09/2010	27/2/2011	Aguardando Prestação de Contas
CONVENIO	748947	04472848000174 ASSOCIACAO DAS COMISSOES ORGANIZADORAS DE	141.550,00	28.310,00			10/09/2010	17/3/2011	Aguardando Prestação de Contas

		FESTIVAIS DE MUSICA DO RS							
CONVENIO	749120	07402279000189 ASSOCIACAO CULTURA ACESA	184.000,00	36.000,00			10/09/2010	14/3/2011	Aguardando Prestação de Contas
CONVENIO	749205	04472848000174 ASSOCIACAO DAS COMISSOES ORGANIZADORAS DE FESTIVAIS DE MUSICA DO RS	164.950,00	33.600,00			23/09/2010	28/2/2011	Aguardando Prestação de Contas
CONVENIO	749623	07323484000159 ASSOCIACAO FABRICA CULTURAL	1.017.100,00	203.420,00			22/10/2010	9/3/2011	Aguardando Prestação de Contas
CONVENIO	749947	04056230000123 SAO LUIZ PREFEITURA	256.392,00	51.278,40			11/11/2010	1/3/2011	Prestação de Contas enviada para Análise
CONVENIO	750087	04472848000174 ASSOCIACAO DAS COMISSOES ORGANIZADORAS DE FESTIVAIS DE MUSICA DO RS	152.260,00	30.452,00			29/11/2010	21/2/2011	Aguardando Prestação de Contas
CONVENIO	750187	02225857000135 FUNDACAO VOVO DO MANGUE	461.000,00	92.200,00			23/11/2010	31/3/2011	Prestação de Contas enviada para Análise
CONVENIO	751191	11988359000135 UNIVERSIDADE LEIGA DO TRABALHO	76.832,16	23.360,00	53.472,16		10/12/2010	26/3/2011	Aguardando Prestação de Contas
CONVENIO	751394	02561710000116 CLUBE DO VIOLEIRO CAIPIRA DE BRASILIA	100.000,00	20.000,00	80.000,00		22/12/2010	19/11/2011	Aguardando Prestação de Contas
CONVENIO	751409	02561710000116 CLUBE DO VIOLEIRO CAIPIRA DE BRASILIA	200.000,00	40.000,00	160.000,00		22/12/2010	19/11/2011	Aguardando Prestação de Contas
CONVENIO	751532	04472848000174 ASSOCIACAO DAS COMISSOES ORGANIZADORAS DE	125.100,00	25.020,00	100.080,00		15/12/2010	27/7/2011	Aguardando Prestação de Contas

		FESTIVAIS DE MUSICA DO RS							
CONVENIO	752149	02142539000100 ICL - INSTITUTO CULTURAL LUSOFONO	187.500,00	37.500,00	150.000,00		28/12/2010	10/3/2012	Em execução
CONVENIO	752748	04472848000174 ASSOCIACAO DAS COMISSOES ORGANIZADORAS DE FESTIVAIS DE MUSICA DO RS	118.250,00	23.650,00	94.600,00		17/12/2010	25/7/2011	Aguardando Prestação de Contas
CONVENIO	761893	FUNDACAO DE CULTURA E COMUNICACAO ELIAS MANSOUR-Ac	500.000,00	300.000,00			19/03/2012	31/12/2012	Em Execução
CONVENIO	761955	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA-Go	500.000,00	300.000,00			20/03/2012	31/12/2012	Em Execução
CONVENIO	761953	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA-MG	500.000,00	300.000,00			21/03/2012	31/12/2012	Em Execução
CONVENIO	761926	FUNDACAO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO PERNAMBUCO-Pe	500.000,00	300.000,00			20/03/2012	31/12/2012	Em Execução
CONVENIO	761921	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA-RS	500.000,00	300.000,00			16/03/2012	31/12/2012	Em Execução

LEGENDA

Modalidade:

1 -Convênio 2 -Contrato de Repasse
3 -Termo de Cooperação 4 -Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

1-Adimplente 2-Inadimplente 3-Inadimplência Suspensa 4-Concluído 5-Excluído
6-Rescindido 7-Arquivado

Fonte: SICONV

6.1.2. Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

43 - Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

MINISTÉRIO DA CULTURA/MinC – 420030

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:						
CNPJ:						
UG/GESTÃO:						
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	0	33	12	0,00	9.322.235,25	528.160,00
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais	0	33	12	0,00	9.322.235,25	528.160,00

Fonte: SICONV

44 - Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios
 FUNDO NACIONAL DE CULTURA/FNC - 340030 Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:						
CNPJ:						
UG/GESTÃO:						
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	0	1	3		499.950,00	459.953,60
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais	0	1	3	0,00	499.950,00	459.953,60

Fonte: SICONV

6.1.3. Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferência que vigerão no exercício de 2012 e seguintes

]

45 - Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes - MINISTÉRIO DA CULTURA/MinC - 420030 Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SECRETARIA DA IDENTIDADE E DA DIVERSIDADE CULTURA					
CNPJ: 01.264.142/0002-00			UG/GESTÃO: 00001		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	5	-	-	3.500.000,00	
Contrato de Repasse	-	-	-	-	
Termo de Cooperação	-	-	-	-	
Termo de Compromisso	-	-	-	-	
Totais	5	0,00	0,00	3.500.000,00	

Fonte: SICONV

46 - Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes - FUNDO NACIONAL DE CULTURA/FNC - 340030 Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SECRETARIA DA IDENTIDADE E DA DIVERSIDADE CULTURA					
CNPJ: 01.264.142/0002-00			UG/GESTÃO: 00001		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	5	-	-	2.500.000,00	
Contrato de Repasse	-	-	-	-	
Termo de Cooperação	-	-	-	-	
Termo de Compromisso	-	-	-	-	
Totais	5	-	-	2.500.000,00	

Fonte: SICONV

6.2. Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse

47 - Quadro A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

MINISTÉRIO DA CULTURA/MinC - 420030

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome:					
CNPJ:		UG/GESTÃO:			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	x	x	x
		Montante Repassado	x	x	x
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	1	x	x
		Montante Repassado	449.950,00	x	x
2010	Contas prestadas	Quantidade	x	x	x
		Montante Repassado	x	x	x
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	7	x	x
		Montante Repassado	1.240.194,01	x	x
2009	Contas prestadas	Quantidade	x	x	x
		Montante Repassado	x	x	x
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	x	x	x
		Montante Repassado	x	x	x
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	x	x	x
		Montante Repassado	x	x	x

Fonte: SICONV

48 - Quadro A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

FUNDO NACIONAL DE CULTURA/FNC - 340030

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome:					
CNPJ:		UG/GESTÃO:			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	3	x	x
		Montante Repassado	673.873,60	x	x
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	13	x	x
		Montante Repassado	2.355.332,56	x	x
2010	Contas prestadas	Quantidade	3	x	x
		Montante Repassado	732.926,00	x	x
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	28	x	x
		Montante Repassado	6.028.152,18	x	x
2009	Contas prestadas	Quantidade	1	x	x
		Montante Repassado	600.000,00	x	x
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	2	x	x
		Montante Repassado	196.399,04	x	x
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	x	x	x
		Montante Repassado	x	x	x

Fonte: SICONV

6.2.1. Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

49 - Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse
 MINISTÉRIO DA CULTURA/MinC - 420030

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:		UG/GESTÃO:			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas				
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas		
			Contas Não analisadas		
		Montante repassado (R\$)			
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
Contas NÃO analisadas		Quantidade			
	Montante repassado (R\$)				
2010	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
Montante repassado (R\$)					
2009	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
Montante repassado					
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
		Montante repassado			

Fonte: SICONV

50 - Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse
 FUNDO NACIONAL DE CULTURA/FNC - 340030

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural					
CNPJ: 01.264.142/0001-29		UG/GESTÃO: 420030/00001			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			3	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas		
			Contas Não analisadas		
		Montante repassado (R\$)			
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
Contas NÃO analisadas		Quantidade			
	Montante repassado (R\$)	673.873,60			
2010	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
Montante repassado (R\$)		732.926,00			
2009	Quantidade de contas prestadas			X	X
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		X	X
		Quantidade Reprovada		X	X
		Quantidade de TCE		X	X
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		X	X
		Montante repassado		X	X
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		X	X
		Montante repassado		X	X

Fonte: SICONV

Análise crítica

Os instrumentos de transferência vigentes no exercício de referência, pactuados em exercícios anteriores, encontram-se no relatório de gestão da Secretaria de Cidadania Cultural.

Conforme já relatado anteriormente, os convênios somente foram concretizados em 2012 e há previsão de desembolso pelo Fundo Nacional da Cultura, no valor de R\$ 2.500.000,00, e pelo Ministério da Cultura – Recursos da Administração Direta, no valor de R\$ 3.500.000,00.

Embora a situação de inscrição de restos a pagar não seja a mais adequada, esta foi a única situação viável diante das dificuldades enfrentadas no atípico de transição das atividades da UJ. Para o exercício de 2012, medidas estão sendo adotadas no sentido de evitar tais ocorrências. Não existem prestações de contas em análise nesta UJ, uma vez que, como já mencionado, estas foram transferidas para a Secretaria de Cidadania Cultural.

7. DECLARAÇÕES SIASG E SICONV (ITEM 7 DA PARTE A – CONTEÚDO GERAL DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010)

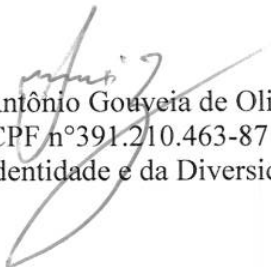
Quadro A.7.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV



MINISTÉRIO DA CULTURA
Secretaria da Identidade e Diversidade – SID/SEC

Eu, Luiz Antônio Gouveia de Oliveira, CPF nº 391.210.463-87, exercido na Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 24 de abril de 2012.


Luiz Antônio Gouveia de Oliveira
CPF nº 391.210.463-87
Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural

8. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

8.1. Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

51 - Quadro A.8.1 - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	11	0	0
	Entregaram a DBR	11	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Servidores Efetivos (não comissionados)	Obrigados a entregar a DBR	17	0	0
	Entregaram a DBR	17	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte:

8.2. Análise crítica

A análise crítica referente a este item encontra-se no Relatório de Gestão do exercício de 2011 da UJ Secretaria Executiva do Ministério da Cultura por pertinência, uma vez que aquela é a unidade responsável pelo acompanhamento das obrigações referentes à entrega da Declaração de Bens e Rendias (DBR) por autoridades, servidores e empregados públicos relacionados no art. 1º da Lei nº 8.730/93.

9. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ

52 - Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X

18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais: A UJ encontra-se em estruturação e portanto algumas das responsabilidades e procedimentos estão sendo revistos.					

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

As informações referentes a este item, que dizem respeito ao Ministério da Cultura como um todo, encontram-se consolidadas no Relatório de Gestão do exercício de 2011 da UJ Secretaria Executiva do Ministério da Cultura por pertinência.

11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

Não se aplica à UJ.

12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

53 - Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	X				
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	21 servidores; 34 terceirizados				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					X
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					X
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					X
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	90%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			X		
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais:					
1) O Plano Diretor de TIC para os anos de 2011-2014 foi elaborado e encaminhado em 30/12/2011 à instância					

superior para aprovação, por meio do processo nº 01400.051104/2011-01. No entanto, em virtude de alteração na estrutura organizacional do órgão em curso, o Plano ainda não foi levado à apreciação da instância superior para fins de aprovação.

- 2) A força de trabalho terceirizada à disposição na área de TI deste Ministério está contratada de acordo com as Instruções Normativas/SLTI/MPOG nº 02, de 30/04/08 e 04/10 e demais normativos aplicáveis.

LEGENDA

Níveis de avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

13. CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

Não se aplica à UJ.

14. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Não se aplica à UJ.

15. DELIBERAÇÕES DO TCU E DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

15.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício

54 - Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Fonte:

15.2. Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

55- Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Fonte:

15.3. Recomendações do OCI atendidas no exercício

56 - Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
Recomendações do OCI	
Recomendações expedidas pelo OCI	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Síntese da providência adotada:			
Síntese dos resultados obtidos			

Fonte:

15.4. Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

57 - Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:	

Fonte:

Análise crítica

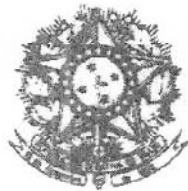
Em função das Portarias MinC nº 39 e 80/2011, citadas anteriormente, as deliberações que porventura tenham sido encaminhadas para esta SID foram encaminhadas à SCC e o encaminhamento devidamente comunicado à Assessoria Especial de Controle Interno.

16. Recomendações da unidade de controle

Não se aplica, uma vez que não há unidade de controle interno na estrutura do Ministério da Cultura.


PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

17. Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis



MINISTÉRIO DA CULTURA
Secretaria Executiva
Diretoria de Gestão Estratégica
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenação de Contabilidade

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural		420030	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília - DF	Data	28/02/2012
Contador Responsável	Odenia Bruzzi Morais Cândido	CRC nº	6.839 - DF


Odenia Bruzzi Morais Cândido
Coordenadora de Contabilidade
CGOF/DGE/SE/MinC
CRC/DF nº 6839

18. Demonstrações contábeis previstas na lei nº 4.320/64

Não se aplica à UJ.

19. Demonstrações contábeis previstas na lei nº 6.404/76

Não se aplica à UJ.

20. Composição acionária do Capital Social

Não se aplica à UJ.

PARTE C – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

Não de aplica a esta UJ.